

O Negro na Mídia: a construção discursiva do “outro” cultural¹

Nemézio C. Amaral Filho²

Receptador de órgãos humanos inglês: Mas como é que nunca vi vocês antes?

Okwe (médico nigeriano), enquanto conta o dinheiro entregue pelo receptador. Somos gente que vocês não vêem: dirigimos seus táxis, limpamos sua merda, chupamos seus paus...

Dirty Pretty Things (Coisas Belas e Sujas), de Stephen Frears. 1h47min. Inglaterra, 2002.



brasileiro é racista. Tal constatação se torna mais evidente quando dita em público, em certos meios midiáticos, como programas de auditório, ou em espaços midiáticos por excelência, a exemplo de uma assembléia parlamentar. Não raramente há reações em contrário que podem ser verbalmente violentas. Assim são proferidas afirmações que denotam o ufanismo da harmonia “racial”: “A maioria dos brasileiros não é assim”, “são poucos os brasileiros que não têm sangue negro nas veias”, seguindo-se uma infinidade de frases lapidadas desde os anos 30, quando Gilberto Freyre apresentou sua ainda influente teoria da democracia racial brasileira. Uma das peculiaridades do racismo brasileiro é a sinuosidade –

¹ Este artigo é a atualização de parte de minha tese de doutorado, *Mídia e quilombo na Amazônia* (2006). Para uma leitura da utilização das sugestões teórico-metodológicas da tese ver BATISTA da SILVA, Paulo Viniciu; e ROSEMBERG, Fúlvia. *Negros y blancos em los media brasileños: el discurso racista e las prácticas de resistência*. In: DIJK, Teun Adrianus van (coord.): *Racismo y Discurso en América Latina*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. E ainda: SALDANHA, Patrícia. *Telecentro comunitário: dispositivo que viabiliza a inclusão humanista no social*. Tese de Doutorado. ECO/UFRJ, 2008.

² Jornalista e consultor, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA-UFGA), doutor em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ). Coordenador-estratégico do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC-ECO-UFRJ), professor da Universidade Estácio de Sá. Principais publicações: *O olhar ocidentalizante sobre o quilombo: uma provocação*. Semiosfera, ano 3, nº 7, Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2005; *Caminhos negros, desígnios brancos: negra marginalidade*. In: Castro, Edna (org.). Belém de Águas e Ilhas. Cejup: Belém, 2006; *Para além do conceito de “raça”*. Revista Científica Información y Comunicación, nº 3. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2006; *As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à Comunicação Comunitária*. Revista do LECC, ano 1, vol.1, Jan-fev.2007. Rio de Janeiro.

que, quando mencionada, acaba por minimizá-lo, que é outra forma sub-reptícia de negá-lo –, um dos elementos que explica as barreiras às freqüentes tentativas de conceituá-lo como uma invenção nacional. Que dizer, o brasileiro descobriu uma maneira de ser racista num país fortemente miscigenado: o racismo no Brasil, diferentemente do norte-americano ou do sul-africano, não é exercido em função da herança genética, mas tendo em vista a gradação cromática da pele. Quanto mais negro, maior a discriminação e vice-versa (ver, entre outros, Ribeiro, 1996; Schwarcz, 2001; Guimarães, 2003; Van Dijk, 2003; Sansone 2004). A proximidade cromática ao branco também é exigida dos indígenas do Brasil e dos demais países latino-americanos. Como observou Van Dijk (2003, p. 111):

Não se trata de uma avaliação estética superficial, mas de uma simples regra comum que resume uma generalização profunda da hierarquia social e da dominação, segundo a qual, para um maior aspecto físico europeu, há mais possibilidades de êxito e prestígio social em todos os setores, político, empresarial, educativo, etc, enquanto os 'outros' permanecem relegados aos cargos mais inferiores ou aos níveis mais baixos da hierarquia.

O racismo não é natural. O racismo se aprende e, portanto, se ensina; não surge espontaneamente a partir de experiências cotidianas. A sociedade necessita de categorias sociais de diferença, critérios de superioridade, isto é, uma legitimação para o seu racismo. Os meios de comunicação* e os discursos políticos ou didáticos são as fontes principais destes processos de comunicação e reprodução do racismo (Ibidem, p. 110).

O racismo, no Brasil, está quase sempre associado àquele exercido pelo branco contra o negro. E tal obviedade é aqui mencionada porque poderia ser sugerido cinicamente que, mesmo sendo exceções, os casos de racismo do negro contra o branco deveriam ser considerados numa análise como a nossa, mas entendemos que seria o mesmo que defender a criação de leis de proteção em favor do homem contra a violência da mulher, ainda que haja denominadores comuns no ato da discriminação e da violência, independentemente de gênero ou etnia. Optamos por trabalhar, então, com a evidência histórica do preconceito contra o negro ao investigarmos o papel da mídia nessa “reprodução” do racismo brasileiro, ou seja, como a mídia representa o negro no País.

Noutras palavras, quando a imprensa em particular, e a mídia em geral, reflete o pensamento racista do brasileiro, em que medida isso afeta a apreensão da imagem e do discurso sobre o negro? Por que há quase sempre uma conotação de exotismo quando a mídia brasileira se refere ao negro, inclusive quando o elogia? (bom de bola, faz música de “origem africana”, tem facilidade para dançar, o favelado, objeto do desejo sexual branco, a mulata, o rude) Como esse discurso midiático se transforma em ação do dia-a-dia? E ainda diante da constatação de que o negro quase sempre foi tratado de maneira estereotipada pela obra ficcional televisiva brasileira (Stam, 1997; Araújo, 2000;

Rodrigues, 2001; Ramos, 2002; Van Dijk, 2003)³, não é a primeira vez nem será a última neste trabalho em que nos deparamos com a palavra “exotismo”, uma vez que exótico pressupõe um “outro”, aquele que não pertence ao “nosso” grupo. E o negro nunca deixou de ser o “outro” no ideal de Brasil de suas elites.

A compreensão da dificuldade de inserção ou da representação deturpada do ser negro na mídia passa pela compreensão da visão ocidental adotada pelo Brasil. É sempre bom recordar: “O racismo na América Latina tem suas raízes históricas no colonialismo europeu, assim como suas crenças e práticas” (Van Dijk, 2003, p. 111). O racismo brasileiro é fruto de um olhar ocidental sobre o diferente, aqui especificamente sobre o negro. Se, por um lado, a elite do País exclui o negro do processo econômico, político e social, por outro, ela se quer Ocidental, e a mídia, instrumento mantenedor do *status quo*, também tem seu foco apontado para essa direção.

É quase impossível não ver na televisão brasileira uma matéria sobre os imigrantes dessa ou daquela nacionalidade européia (e mais recentemente oriental – japonesa primeiro e chinesa depois – também) que com seu talento, engenho ou cultura, ajudaram a formar o Brasil: lá estão eles, falando alemão, polaco, francês, espanhol ou italiano, como seus trajes típicos, em determinada data comemorativa ou quando de alguma partida de futebol envolvendo o símbolo nacional que é a Seleção Brasileira e outra equipe qualquer do Primeiro Mundo. Esses imigrantes são estereotipados, significados, positivamente. Em tempo e espaço comparativos muito menores, os negros brasileiros são lembrados no dia da Abolição (oficial) da Escravatura e no Dia da Consciência Negra, sempre como “aqueles que *ajudaram* a construir o Brasil”. Diferentemente de qualquer outro grupo étnico do Brasil, a esmagadora maioria dos homenageados não sabe com certeza seu país de origem (Angola? Guiné Bissau? Moçambique? Senegal?) porque as autoridades brasileiras, quando do fim da escravidão, ordenaram a queima dos papéis relativos ao tráfico de escravos, e também por isso não há como saber a língua da nação ancestral porque esta é desconhecida: fala-se o idioma do antigo colonizador, já que aqueles que não têm direito ao presente parecem não terem direito ao próprio passado.

De outro lado, não foram poucas as novelas destinadas aos italianos que vieram ao Brasil já antes da Primeira Guerra Mundial, aos conhecidos portugueses, aos judeus, aos japoneses, aos árabes, sempre para demonstrar o lado histórico dessa brava gente – gente com poder de compra, certamente: não devemos cair na tentadora armadilha de que todas as motivações são culturais –

³ Diga-se: ou os negros ocupam funções estereotipadas ou circulam entre personagens da TV como se o racismo não existisse no Brasil. Talvez o caso mais gritante dessa “ausência de racismo” tenha sido o verificado na novela *A Próxima Vítima* (1995), da Rede Globo, em que uma família de classe média negra chegou mesmo a discriminar o namorado branco da filha.

* *Medios de massa*, no original em espanhol.

na verdade, também possuem fortes colorações econômicas e políticas, como veremos.

A ficção televisiva destinada ao negro mostra-o quase sempre como escravo, esperando a benéfica ação dos abolicionistas ou mesmo a bondade do seu senhor. Quando ambientado no período contemporâneo, o negro é favelado, bandido, empregada doméstica, traficante, ou aquele que “podia estar roubando, mas está trabalhando” (como se lê em alguns textos de jornais, reforçando discursivamente a idéia de que a marginalidade para o negro é muito mais que uma opção, é quase uma certeza). O branco pode ser estereotipado, claro, mas sempre há personagens brancos “bons” que contrapõem o estereótipo negativo. Esta mídia se vê branca e quer o Brasil branco?

Se a resposta for sim, não é de estranhar que quem esteja no exterior, principalmente em países que recebem a transmissão das telenovelas brasileiras, imagina que o Brasil é majoritariamente composto por pessoas brancas e, mais curiosamente ainda, ricas. Na Espanha, por exemplo, muita gente na rua, e mesmo na academia, tem dificuldades em identificar o Brasil como pertencente ao chamado Terceiro Mundo, a não ser quando surge a lembrança da violência no Rio de Janeiro ou, como exemplo político mais atual da ação do programa Fome Zero, que, ao pretender erradicar a fome no País, revelou um fator novo para muitos europeus (“há fome no Brasil?”). Não apenas as telenovelas auxiliam na manutenção da *lourice* de “primeiro mundo” brasileira, os comerciais de TV também. “Aí percebemos as conseqüências do desinteresse histórico da elite brasileira em formar um mercado consumidor amplo, em seu próprio país, e da preferência pela imigração da mão-de-obra européia no período final da escravidão, em detrimento do trabalhador negro” (Araújo, 2000, p. 39). Araújo também recorda um artigo do historiador Roberto Pompeu de Toledo publicado na revista *Veja* em 23 de junho de 1993 no qual uma brasileira que residia na Dinamarca enviou ao articulista vários recortes de jornais sobre a propaganda e os programas de TV que mostravam haver mais mulatas e japoneses na TV dinamarquesa do que na brasileira (Ibid., p. 39-40). O Brasil é o segundo país do mundo depois da Nigéria em número de negros, e também é o segundo país em número de japoneses depois do Japão⁴. O Brasil oculta sua população negra (e indígena e, em muito menor grau, amarela) valorizando sua ascendência européia de uma maneira quase esquizofrênica. Intentemos entender o porquê desse comportamento indo às origens do Estado brasileiro.

⁴ A força econômica desse último grupo o fez ser aceito plenamente pela elite branca brasileira. De discriminados na primeira metade do século XX, os japoneses hoje influenciam culturalmente o País, principalmente em sua culinária, notadamente nos Estados do Pará, São Paulo e Paraná onde estão mais concentrados. Brasileiros de todas as cores, em maior ou menor grau, mesclaram-se com os japoneses. Por outro lado, basta um passeio pelas ruas do Porto ou Lisboa, em Portugal, país apontado por brasileiros como racista e por vezes xenófobo, e se constata, entretanto, que há mais publicidade com negros em *outdoors* que no Rio de Janeiro ou São Paulo.

Ainda antes da proclamação da Independência do Brasil (1822), José Bonifácio de Andrada e Silva, o chamado “Patrono da Independência”, tido mesmo em tempos atuais como um dos grandes nomes do pensamento brasileiro, defendia a necessidade de abolir o tráfico de escravos, “pois *somos a única nação de sangue europeu* que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos” (Andrada e Silva, 2000, p. 24). E se preocupava com as futuras leis do império (que ainda não era uma República): “Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de *escravos brutais e inimigos?*” O pensador defendia uma nação de iguais; iguais sem aspas porque o projeto de Nação defendido por José Bonifácio não contemplava como cidadão pleno o negro no futuro Império do Brasil.

É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes (Ibidem., p. 24).

Ele também acreditava que havia um certo risco divino na manutenção da escravatura do qual o cidadão brasileiro de então, de direito e de fato, deveria se precaver. “Tudo porém se compensa nessa vida: nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade, e todos os seus vícios” (Ibid., pp. 26-27). E também apelou para a economia para sustentar seus ideais abolicionistas: “A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros com que homens ignorantes e fantásticos se iludem” (ibidem, p. 29) Não devemos esquecer que pouco depois de efetivada a Abolição, em 1888, a mão-de-obra negra, que enfim poderia receber por seu trabalho, foi substituída pela branca européia, importada com o apoio oficial do governo brasileiro⁵. José Bonifácio elaborou os artigos da lei para abolir totalmente o tráfico escravo sustentado em valores caros à incipiente elite brasileira e ainda mais caros ao pensamento eurocêntrico:

Para eles [para os artigos da lei] me aproveitei da legislação dos dinamarqueses e espanhóis, mui principalmente da legislação de Moisés, que foi o único, entre os antigos, que se condeou da sorte miserável dos escravos, não só por humanidade, que tanto reluz nas

⁵ Em 1986 foi ao ar a telenovela *Sinhá Moça*, da Rede Globo, que proporcionou algumas cenas com um raro acuro da situação dos negros após a proclamação da Abolição da Escravatura, fugindo do sempre propagado “racismo cordial”, tantas vezes reproduzido pela mídia televisiva. A cena final reflete um pouco o futuro dos negros no pós-abolição, ainda que mais pelo que deixa subentendido, não pelo que revela: “(...) Enquanto isso, Bá, a mãe preta que ficara na fazenda, está na janela com uma criança branca no colo, ao lado da Sinhá Moça, que exclama feliz: ‘São eles, Bá, os italianos’. Bá olha com desprezo para os estrangeiros e pergunta para a Sinhá: ‘Que diacho de língua é essa? [que eles estão falando]’, e se retira zangada para o interior da casa-grande resmungando: ‘Eu não gostei deles... eu não gostei deles’ ” (Araújo, 2000, p. 219).

suas instituições, mas também na sábia política de não ter inimigos caseiros, mas antes amigos, que pudessem defender o novo Estado dos hebreus, tomando as armas, quando preciso fosse, *a favor de seus senhores*, como já tinham feito os servos do patriarca Abraão antes dele (ibid, p. 33).

Abre-se o caminho para pensarmos que, intencionalmente ou por um deslize, no fundo, o Patrono da Independência pensava no fim da escravidão, mas que, em seu íntimo, os negros brasileiros deveriam continuar a ver os brancos como “seus senhores”. Em seus textos também é possível ver as origens do ideal de embranquecimento: “Todo filho de mulato com um branco deve ser reputado branco e gozar de todos os privilégios de homens brancos, e índios” (ibidem, p. 44). E por fim uma justificativa política, militar e simbólica para o fim paulatino da escravidão. “Tema o Brasil que se formem novos Palmares de negros” (Ibid., p. 45). O quilombo, para a sociedade branca, seguia sendo fonte de medo e respeito.

Se avançarmos século XX adentro veremos que, em 1941, enquanto Orson Welles, filmava *It's all true* no Brasil (para a Campanha da Boa Vizinhança com os EUA), a polícia do Estado Novo denunciou ao Departamento de Estado norte-americano que o diretor estava mostrando negros e pobreza demasiadamente. As filmagens foram interrompidas. O ex-presidente Theodore Roosevelt já escrevera um ano antes em artigo no jornal *Correio da Manhã* que o ideal brasileiro era que a “raça” negra fosse absorvida pela branca. Em 1945, Getúlio Vargas destacou em decreto haver “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características convenientes de sua *ascendência européia*”. (Rodrigues, 2001, p. 119-120, grifo nosso). O mesmo decreto estabeleceu que “imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil, na composição de sua *ascendência européia*” (Araújo, 2000, p. 28, grifo nosso). Ou seja, mesmo com *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre defendendo o resultado da miscigenação racial como a verdadeira identidade do Brasil o ideal branco, “civilizado”, ocidental, europeu, permanecia nos projetos pensados para a Nação brasileira. Não é necessário muito esforço para notar que o Estado brasileiro, principalmente depois da Proclamação da República, em 1889, não sabia exatamente o que fazer com “o problema do negro” em solo nacional. Como observa Sansone (2004, p. 95):

Como lidar com a África no Brasil era uma questão fundamental. A modernidade era imperativa e tinha que ser atingida, fosse “embranquecendo” a população através da imigração maciça de brancos europeus, fosse por uma melhoria geral das condições de saúde da população autóctone. O resultado final foi um pouco de cada coisa, nunca tendo sido hegemônica nenhuma dessas duas abordagens. Todavia, a despeito das opiniões deliberadamente diversas sobre o lugar dos descendentes da África na nova nação, tanto o racismo “científico”, que se baseava numa hierarquia racializada do desenvolvimento humano em que a “raça” branca ficava

no topo, quanto os sonhos de incorporação da população negra voltavam-se para uma engenharia biológica: a criação de uma nova “raça” brasileira. Os traços africanos tinham que ser eliminados da vida das ruas e do mercado. As cidades brasileiras tinham que parecer “européias”, mesmo que a expectativa média de vida fosse pior que a da África.

E assim, bairros pobres eivados de negros, além da atividade econômica informal praticada pelos alforriados, foram combatidos. A religiosidade também não ficou de lado: somente na década de 1940, os terreiros de candomblé deixaram de ser registrados na polícia (Ibidem, p. 96). É conhecido o fato de que muitos jornais brasileiros apoiaram medidas contra os interesses dos negros e até mesmo a manutenção do regime escravocrata, como o *Estado de São Paulo*. E a onda de influência dos principais centros decisórios do País, inclusive no sentido midiático, chegava às margens nacionais, como a Amazônia, criando comportamentos e justificando preconceitos: em outro trabalho, abordamos o discurso de jornais e documentos jurídicos das décadas de 40 e 50 em Belém, capital do amazônico estado do Pará, quando pudemos constatar os reiterados e estereotipados discursos contra o negro, e mais ainda contra a mulher negra, quase sempre retratada como prostituta ou baderneira (Amaral Filho, 2002). O discurso da imprensa e da Justiça, desta maneira, *guetificava* simbólica e fisicamente o negro, de vez que a discriminação, então socialmente aceita, transformava discurso em ação.

É muito difícil mensurar o quanto esse discurso mudou em favor dos negros atualmente e em que ponto mudou: em 1996, a Fundação Cultural Palmares, do Governo Federal, promoveu um seminário em Brasília e São Paulo para debater a representação do negro na mídia brasileira e propor ações de enfrentamento. Apesar de quase 50 anos separarem aquele momento do universo jornalístico de nossa pesquisa anterior, em seminário às vésperas do novo milênio Muniz Sodré apontava o dedo para o racismo da imprensa brasileira:

Vemos, por exemplo, um programa hoje, na imprensa brasileira, absolutamente nojento. Temos, nesse programa [*Manhatan Connection*], um jornalista que tem uma coluna no ‘O Globo’ e no ‘O Estado de São Paulo’, que é o Paulo Francis [já falecido], que faz uma campanha horripilante, insidiosa contra os negros. *Não vejo um protesto na imprensa*. Todo mundo acha graça, sem falar. Há quinze ou vinte dias atrás, ele dizia na NET [canal fechado então ligado a Rede Globo] cantora mórmon lírica, mas americana, é uma boa cantora, apesar de ser negra (Sodré, 1996, p. 55, grifo nosso).

Sodré se refere ao problema fundamental quando se discute negro e mídia: a representação. Representação construída ao longo de séculos, depois absorvida, mantida e, muitas vezes, reforçada pela mídia. Além disso, é difícil não encontrar assuntos racializados pela mídia ou por ela ecoado. Nem mesmo o futebol, paixão nacional, mas um universo tradicionalmente associado ao

“talento do negro” no Brasil, escapa das discussões racializadas, principalmente depois que o técnico da Seleção Espanhola de Futebol, Luiz Aragonés, foi flagrado em novembro de 2004 incentivando um jogador de sua equipe a provocar o atacante negro Thierry Henry, da Seleção Francesa⁶. A imprensa britânica protestou, Aragonés se disse perseguido pelos jornalistas ingleses. No Campeonato Espanhol, muitos torcedores reagiram imitando o ruído emitido por gorilas todas as vezes que jogadores negros oriundos da Inglaterra tocavam na bola. No início de 2005, depois da generalização das manifestações racistas, o *El País* questionava: “Como acabar com a xenofobia?”⁷, pergunta que por si diz muita coisa. “Xenofobia”? Alguns dos jogadores perseguidos na “ola” racista têm cidadania espanhola, mas o fato é que eles nunca serão espanhóis, pelo menos a geração desses atletas não terá esse reconhecimento assegurado: eles são os “outros”, ainda que midiaticáveis, ricos e famosos, mas “outros”. O problema continuou ocorrendo, como quando o brasileiro Amoroso, ao lado do colega costarriquense Wanchope, não escaparam da provocação dos torcedores sevillanos da equipe do Bétis. Wanchope chegou a distribuir alguns golpes contra os torcedores, mas foi contido pelos colegas⁸. A onda racista nos campos de futebol chegou até a América Latina, mais exatamente na Argentina, quando o então atacante da equipe brasileira São Paulo Futebol Clube, Grafite, recebeu cusparadas de torcedores e jogadores do Quilmes, da Argentina, além ter sido chamado de “macaco” e “negro de merda” (efeito Aragonés no pós-flagrante televisivo?), em jogo válido pela Copa Libertadores da América⁹. A direção do Quilmes enviou uma carta ao São Paulo pedindo desculpas. Esse caso específico foi esquecido por algumas semanas. Mas em outra partida válida pelo mesmo campeonato, no Brasil, onde racismo é legalmente crime inafiançável, um dos jogadores do Quilmes, Desábato, repetiu as ofensas racistas. Grafite reagiu com violência e foi expulso de campo. Do vestiário, chamou a polícia e denunciou o argentino¹⁰. Desábato ficou detido numa delegacia de São Paulo por dois dias até conseguir um *habeas corpus*. Os gritos racistas, entretanto, continuam nos campos de futebol, ecoando por meio de rádios, TVs e Internet.

⁶ O jogador que recebeu o conselho racista de Aragonés (“Diga ao negro de merda que tu és melhor que ele”) é José António Reyes, então companheiro de Henry no Arsenal, da Inglaterra (o que justifica a reação da imprensa britânica). Ele vivia em Londres com sua noiva e os pais. José anunciou que pretendia adotar uma criança negra. A mãe dele tentou contemporizar a polêmica. “Nós, espanhóis, não somos racistas. Foi uma brincadeira e as palavras foram retiradas do contexto. A menina que José quer adotar é negrinha e é o que há de mais lindo” (*20 Minutos*, 03/12/2004).

⁷ COMO acabar com la xenofobia? *El País*, Madrid, 20 fev. 2005. Deportes, p. 58

⁸ EL BETIS ya gana fuera de Heliópolis. *El País*, Madrid, 13mar. 2005, Deportes, p. 56

⁹ GRAFITE reclama cusparada e racismo dos argentinos. Disponível em www.ultimosegundo.com.br, 17 de mar. 2005. Acesso em 17 de mar. 2005.

¹⁰ DEL CÉSPED a comisaría por racismo. *El País*, Madrid, 15 abr. 2005. Deportes, p. 70.

A preocupação da militância negra com os efeitos da mídia não é de hoje. Na década de 30, a Frente Negra Brasileira (FNB: 1931-1937) tinha seu próprio órgão de divulgação, a *Voz da Raça*, um órgão, racista, que chegou a afirmar que Hitler fazia coisas positivas na Alemanha, como a defesa da “raça”. A idéia era defender os interesses da “raça” negra como os nazistas faziam pelos arianos¹¹. A Frente foi fechada em 1937 pelo Estado Novo, nome dado ao regime de exceção do ditador Getúlio Vargas. Depois da ditadura foram editados, pela Associação do Negro Brasileiro, os jornais *Alvorada* e *Novo Horizonte*, mais moderados e sem tanto sucesso como a *Voz da Raça*. Nas décadas de 40 e 50, houve o jornal *O Quilombo*, idealizado pelo conhecido ativista brasileiro Abdias do Nascimento, que também criou o Teatro Experimental do Negro, responsável pelo surgimento de vários artistas negros (Rodrigues, 2001, p. 119). Na década de 70, já durante uma nova ditadura, a militar (1964-1985), o Programa de Ação do Movimento Negro Unificado apresentou propostas de ação para a mídia, mas já em 1962 o Código Brasileiro de Telecomunicações proibia a prática de racismo nos meios de comunicação. Em 1988, a Constituição Estadual da Bahia, estado brasileiro que mais concentra negros, sucumbiu à pressão da militância garantindo a obrigatoriedade de personagens negros nos comerciais de TV na propaganda institucional do governo. Em 1995, o deputado federal Paulo Paim apresentou na Câmara Federal (parlamento brasileiro) projeto de lei, aprovado em 2006, que garantiu participação de 25% dos negros do número total de atores e figurantes em emissoras de televisão e não menos de 40% dos atores em peças publicitárias (Araújo, 2000)¹².

No dia 26 de janeiro de 2004, pela primeira vez uma telenovela teve como protagonista principal uma atriz negra, Taís Araújo. O fato foi inicialmente comemorado por parte da militância negra: enfim, a produção televisiva parecia estar deixando decididamente para trás eventos como o da novela *A cabana do Pai Tomás*, em 1969, em que o personagem que seria o de um ator negro foi

¹¹ O essencialismo racial parece nunca deixar de trazer riscos à inteligência e à integridade física. No Brasil, a FNB inicialmente teria adotado medidas da extrema-direita racista porque a esquerda não compreendida a especificidade da luta por cidadania dos negros (Rodrigues, 2001). Mas o essencialismo afeta grupos e indivíduos: em março de 2005, nos EUA, um adolescente de 15 anos da reserva indígena de Red Lake, Jeff Weise, matou a tiros sete pessoas: o avô e a namorada, uma professora e quatro estudantes de seu colégio. Depois, se matou. Órfão de pai e com a mãe em estado vegetativo no hospital, vítima de um acidente de trânsito, Jeff era freqüentador assíduo de *chats* e foros de apologia ao nazismo. O adolescente defendia sua tribo “pura”, rechaçando a união com pessoas de fora da reserva (UN ADOLESCENTE mata a siete personas en un colégio de EEUU. *Qué!*, Sevilla, mar. 2005, p. 09).

¹² Das 25 telenovelas que foram transmitidas de 1993 e 1997 no Brasil, menos de 8% dos atores eram negros. Opta-se, entretanto, por escolher aqueles de cor de pele mais próximos aos matizes brancos para personagens servis ou de pouca importância. Este percentual não é muito diferente do da publicidade de então. Em 1995, em apenas 6,5% da publicidade veiculada em *Veja* e 4% na *Cosmopolitan* contavam com negros (Van Dijk, 2003, p. 167-68).

interpretado por um branco pintado de negro (Sérgio Cardoso) e que tantos protestos gerou no meio artístico (Idem). Várias décadas depois, a mesma Rede Globo de *A cabana do Pai Tomás* voltava a reavivar o debate da inserção e representação, agora de uma maneira mais favorável ao negro, uma vez que a escolha de um protagonista de telenovela no Brasil tem tanta importância quanto nos filmes norte-americanos.

A escolha dos atores é central para o problema da auto-representação racial. O Terceiro Mundo e grupos minoritários em Hollywood foram muitas vezes representados não por si mesmos, mas por atores brancos com o rosto pintado de negro [*in blackface*] [...] A escolha de atores brancos para papéis de pessoas de cor evidencia a questão da discriminação racial. Nos EUA, principalmente, atores e atrizes negras tendiam a serem convidados para atuar apenas naqueles papéis previamente designados como “negros”, baixo a crença tácita de que papéis tais como astronauta, doutor, advogado não deveriam ser interpretados por negros a não ser os autorizados; a norma implícita era a branquitude [*whiteness*]. A situação brasileira é similar e distinta a este respeito (Stam, 1997, p. 347).

Logo, a temática da novela, sobre a qual tantas expectativas foram depositadas em nome da mencionada autorepresentação, produziria as inevitáveis críticas. Taís representava uma vendedora de ervas do Maranhão que se apaixonava por um botânico em férias vindo Rio de Janeiro, interpretado por Reynaldo Gianecchini, à época o mais novo símbolo sexual brasileiro criado pela mídia. *Preta*, personagem de Taís, deixava para trás o antigo namorado: negro, de baixo caráter, pobre. O desconforto foi provocado desde a temática (a despeito do fato da “atriz principal” ser negra, lá estavam os velhos estereótipos do negro pobre e bandido, e do príncipe encantado branco, entre outras caricaturas) à abertura da novela: sobre a imagem das belas costas de uma negra foram postos os caracteres com o nome da obra: *Da cor do pecado* (*Isto é*, 1789, 21 jan. 2004). Assim, para alguns autores (Gilroy, 1994; Sansone, 2004) e em certo sentido o corpo negro continua sendo mercadoria. A Rede Globo, maior rede de TV em canal aberto do País, quarta maior do mundo, também trouxe nesse mesmo ano uma novidade: pela primeira vez um negro, o jornalista Heraldo Pereira, apresentaria o mais importante telejornal da casa, o *Jornal Nacional*. Apesar de o jornalista só cobrir férias e folgas de outros apresentadores, o fato foi comemorado pela própria empresa em páginas dos jornais de circulação nacional (Idem). Reconhecia-se à época (e agora também, uma vez que apresentadores negros na TV Globo, em rede nacional, são mais freqüentes aos finais de semana e feriados) a face negra entrando diariamente em horário nobre nos lares brasileiros em horário nobre não é normal.

Adictos de seus temas prontos – a mesma visão de mundo ocidental que deixou os remanescentes de quilombos quase ocultos dos debates nacionais até 1988 –, as novelas e os jornais brasileiros não costumam se reportar à enorme

dívida histórica que o Estado brasileiro tem com a África¹³, uma dívida não “meramente” cultural, mas política também. Lembremos que os dois primeiros países a reconhecerem a independência brasileira do jugo português foram a República do Benim e a Nigéria. Já em Benguela, em Angola, então colônia portuguesa, surgiu até mesmo uma corrente política favorável à união política-administrativa daquele território ao Brasil. E até 1930, ainda havia membros da comunidade brasileira na Nigéria que importava carne seca (charque) do Brasil o auxiliava na manutenção dos laços daquele país com o gigante sul-americano (Silva, 2003). Esses dados, porém, não constam nas pautas comemorativas em relação à Independência do Brasil na imprensa e nem mesmo – ao tempo em que esse trabalho é redigido – nos livros escolares.

Em seu trabalho e nesta direção, Blondin (1990) tenta descortinar os fundamentos cognitivos do racismo, ao analisar sua versão condensada e simplificada de “nossa” cultura (*nossa*, dos ocidentais: brancos, cristãos, heterossexuais e não-fumantes), que são os inocentes manuais escolares – resumo fundamental do que uma sociedade julga digno e necessário para ser deixado às gerações futuras. É lícito supor que os funcionários do governo que elaboram esses documentos não são partidários da Ku Klux Klan ou de partidos racistas em Quebec, recorte geográfico da pesquisa de Blondin. Mas, para o autor, há um componente racista, uma visão de mundo característica da cultura de Quebec e, mais largamente, das culturas ocidentais. Porém, o Brasil seguramente só pode ser definido como Ocidental enquanto desejo de “progresso” ou de se relacionar com o mundo de maneira “civilizada”. Mas não é assim que o mundo civilizado ocidental enxerga-o, como constatou Blondin (1990) a partir das representações feitas nos manuais escolares: para o chamado Primeiro Mundo, o Terceiro não é Ocidente. Numa outra linha de pensamento, mas com resultado semelhante, Samuel Huntington (1997), em *O Choque das civilizações e a recomposição da Ordem Mundial* vaticina: a América Latina, Brasil incluído, são os “outros”.

Para esses autores, a crise da modernidade tem relação com a subordinação racial e a colonização. É assim que “o oriental, o africano, o ameríndio são todos componentes necessários da base negativa da identidade européia e da soberania moderna como tal” (Hardt e Negri, 2003, pp. 132). Isolados, os grupos étnicos não-brancos são mais facilmente classificados como “outros”. “A construção negativa de outros não-europeus é, finalmente, o que

¹³ Aqui e ali o cerco na mídia costuma ser furado, quase sempre pelas mesmas vozes, entretanto. Em julho de 2004, durante a Festa Literária de Paraty, no Rio de Janeiro, o cantor, escritor, cineasta e compositor Caetano Veloso na palestra “África e Brasil: verdades tropicais” afirmou que o “Brasil tem uma dívida com a diáspora africana”. No mesmo debate, o escritor angolano José Eduardo Agualusa disse que “é fundamental para o Brasil redescobrir a África no vigor de sua cultura moderna”. Ambos “defenderam a importância de o Brasil lutar por um maior contato com o continente africano, ressaltando a necessidade de melhorar a conjuntura social do continente” (VERSO no meio das pedras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno Cidade, p. A-20, 9 jul. 2004).

funda e sustenta a própria identidade européia [...] A diferença racial é uma espécie de buraco negro que pode engolir todas as aptidões para o mal, o barbarismo, a sexualidade descontrolada, e assim por diante” (ibidem, p. 141). O pensamento regulador brasileiro se quer europeu e, portanto, a existência de grupos como os de remanescentes de quilombo que interagem impunemente no País, chegando a serem identificados com a constituição da identidade brasileira (no pós-colonial, não algo “lá no passado”) fere poderosas representações identitárias.

Esta visão colonial é que pôs elevadores “sociais” e “de serviço” nos prédios brasileiros (prova de que, se o racismo é “importado”, a elite brasileira é inteligente o suficiente para continuar criando marcos “raciais” genuinamente nacionais) que mantêm negros limpando os aeroportos enquanto “brancos” embarcam nos aviões; que garante uma esmagadora maioria negra na cidade do Rio de Janeiro morando nos morros e a branca na sua zona sul; que possui grandes populações negras no pobre interior do Estado do Pará, na Amazônia brasileira, e um número mais reduzido em sua capital, Belém, e que mantém uma elite protestando contra as cotas para negros na universidade porque retira vagas de “muita gente” que “merece” ter um ensino superior. “O que de início parecia uma simples lógica de exclusão, revela-se dessa forma [a oposição do homem metropolitano ao colonizado, que faz o primeiro superior] uma dialética negativa de reconhecimento” (Idem, p. 145). A injustiça do entorno não é percebido pela sociedade. É difícil levantar a cabeça, olhar em volta e enxergar o absurdo da lógica da exclusão. Mais uma vez a herança colonial se faz presente, como recorda Silva (2003):

O poder, no novo estado, tinha origem na classe agrária, e esta estava comprometida com a escravatura. Não perceberam, por isso, os que fizeram e consolidaram a Independência, quão contraditório era consagrar na Constituição a liberdade individual e a igualdade de todos perante a lei e, ao mesmo tempo, preservar intocada a escravidão. Poucos compreendiam a natureza intrinsecamente imoral do regime escravista (p. 21).

O negro escravo era um “outro” inventando (história, natureza, caráter, inteligência, força física, predisposição sexual, etc.) pelas elites, na medida em que representado por ela; o negro do quilombo e o da favela também são inventados – e, como se sabe, toda invenção do “outro” é uma negação do “outro” – e “despercebidos”. Sendo assim, o decantado processo civilizatório ocidental (justo, organizado, racional, evolutivo) fracassou. “Essa exclusão universalista moldou a consciência do ocidental”, argumenta Muniz Sodré para afirmar em seguida que o próprio corpo do negro representa para a consciência racista da burguesia objeto de medo, porque corpo desconhecido, e nojo, por violentar o efeito estético que o Ocidente atribui a si mesmo – “produtora de juízos em que o outro aparece como inumano universal” (Sodré, 2002, p. 178). O julgamento *estético* que o Ocidente faz do “outro” parece ser diferenciado do próprio componente *ético* desse mesmo Ocidente, se entendido como abstração

política-ideológica-cultural: essa mesma abstração que exclui é capaz, recordemos, de financiar ações de desenvolvimento no Terceiro Mundo latino-americano, asiático ou africano.

O negro “ganhou” a mídia?

*Não aceito ser chamado de artista
Sou favelado, incendiário, um terrorista
A luta é o coração de um guerreiro ativista*
MV BILL

O português foi o elo do primeiro contato do ocidente com a “invenção do Brasil”. Na crítica que faz a Gilberto Freire e seus elogios ao *Mundo que o português criou*, Omar Ribeiro Thomaz (2002) destaca que as paisagens observadas pelo autor de *Casa grande & senzala* eram o resultado do sonho lusitano:

Tratava-se de uma paisagem ‘luso-tropical’, semelhante à do Brasil em virtude da intervenção portuguesa, que promovera o intercâmbio de sementes entre a América, a África e o Oriente, alterando a paisagem e promovendo, de entrada, as bases do que se transformaria numa realidade luso-tropical plena (p. 281).

Esse é um trecho do discurso de Freire proferido em 1951 em plena Guiné Bissau. O projeto de ocidentalização de suas colônias e ex-colônias deveria ser levado a cabo, em outras obras de Freire: em relação ao Brasil, pelo menos, a separação entre o País e Portugal “teria sido apenas política, visto que o Brasil seguiria lusitano no ‘espírito’” (ibidem, p. 282). A invenção do Brasil, como algo essencialmente português, continuava¹⁴.

Denis Blondin deixa visível um dos modelos de representação do Ocidente: nós somos História, os outros são Geografia. Trata-se da afirmação da superioridade ocidental (branca e masculina). Mas há uma contradição “visível”: os ocidentais, donos de um espírito livre, racional e criativo, opõem-se às comunidades dos “outros”, de mentalidades irracionais e submissas às determinações climáticas. O paradoxo é que justamente a moral anti-racista tenha tido objetivamente por função favorecer a transmissão inconsciente e não-intencional da ideologia racista (Blondin, 1990). O Brasil, como projeto ocidental e como desejo de o ser de fato, desejo de sua elite, se desenvolve sob o signo da exclusão, aquele que isola o “outro” que não se encaixa no modelo civilizador ocidental. “Ser e viver negro não é uma peripécia comum na vida ocidental”

¹⁴ Na década de 70, o brasileiro Chico Buarque e o moçambicano Rui Guerra perpetraram *Fado tropical*, obra em que a violência do colonizador português era denunciada. Um famoso apresentador de TV salazarista quebrou um a um todos os exemplares do disco que chegara às suas mãos com um martelo. “A nação não podia suportar a violência revelada no poema” (Thomaz, 2002, p. 286-7).

(Abdias Nascimento *apud* Borges, 2002, p. 115). Comparativamente: as mesmas retinas homogeneizantes com que o Ocidente vê o Oriente Médio¹⁵ são emprestadas, por exemplo, à classe média carioca para observar a favela ao lado. Também é verdade que este olhar excludente não se voltou para o “interior” do País e por isso foi surpreendido com a “súbita” aparição de quilombolas em pleno século XXI e com a existência de negros na Amazônia. Estas realidades brasileiras foram ignoradas por muitos que, apesar de nascidos no Brasil, viam o País com olhos estrangeiros.

Parece-nos claro que somente se pode compreender a dificuldade da mídia em trabalhar com o assunto negro no Brasil se compreende visão ocidental que norteia o País. Não é difícil entender que o racismo atua sobre organismo conscientes ou inconscientes de sua existência, atingindo de maneira combinada várias instituições, o que auxilia em sua negação e não afeta apenas aos meios de comunicação ao lidar com o tema, mas alcança setores da Justiça, da academia e da Polícia. Exemplifiquemos essas ramificações: em meio ao Carnaval de 2004, o Brasil foi surpreendido com a notícia de que um dentista recém-formado, negro, desarmado, sem antecedentes criminais, fora morto a tiros por homens da Polícia Militar de São Paulo. Flávio Ferreira Sant’Ana, de 28 anos, foi confundido com um dos bandidos que assaltaram um comerciante. Os policiais foram afastados das funções enquanto uma sindicância apurava o caso. O *Jornal da Globo* (09 fev.2004), abriu o noticiário tendo naquela notícia a principal manchete e afirmando que o dentista morreu por ser negro. No dia seguinte, o *Fala Brasil* (10 jan. 2004), da Rede Record, repercutiu o assunto; também falou em racismo, mas, talvez por sua programação depender muito de fontes policiais, no encerramento da matéria uma apresentadora negra ponderou que apenas uma pequena parcela da PM agia daquela maneira. A *Folha de São Paulo*¹⁶ tratou o assunto burocraticamente, sem chamada de primeira página ou mesmo na capa do caderno “Cotidiano”, que se detém sobre os problemas das cidades. Apenas na última linha da matéria de um quarto de página (manchete) é informado pelo jornal: “Sant’Ana era negro”.

No Rio de Janeiro, outro caso envolveu Luciano Ferreira da Silva, de 18 anos. Num sábado, 14 de fevereiro, ele foi expulso por um segurança do *shopping Fashion Mall*, sob a acusação de estar vendendo drogas. O jovem é afilhado da atriz e empresária Paula Lavigne e de Caetano Veloso, que à época eram casados. Ela voltou com o rapaz ao *shopping* e convidou o segurança a acompanhá-los até a delegacia para comprovar suas acusações. O segurança fugiu. O caso foi registrado na 15ª DP (RJTV 1ª edição, 16/02/2004). Descobriu-se depois, e foi publicado em pequena nota de jornal, que o agressor também

¹⁵ Ou “Oriente Próximo” como grafam os jornais espanhóis e discursa a diplomacia do país, como se aquela região do mundo ainda não existisse “como nós queremos”, como se fosse um eterno devir.

¹⁶ COMANDANTE diz que versão de PMs é falsa. Folha de São Paulo. 10 fev. 2004, Cotidiano, p. C4.

trabalhava como segurança de um dos filhos do famoso novelista Manoel Carlos, que o demitiu. Ainda assim, o Movimento Jongo, grupo de ativistas da cultura negra, fez um protesto pacífico, com discursos, roda de capoeira e samba em frente ao prédio do novelista (*O Globo*, 23 abr. 2004). O que se percebe é que seja lentamente ou pela forma como são levados a público, os assuntos de natureza “racial” são minimizados ao longo do pouco tempo destinados a eles pela grande imprensa nacional. Seria uma desonestidade científica afirmar que isso faz parte de uma orquestração consciente para que o racismo siga sem debate na sociedade brasileira, mas o fio discursivo da negação do problema ou, pelo menos, da intenção de minimizá-lo, é um fato claramente notado nos meios de comunicação. E essas críticas à mídia não partem apenas dos discursos da academia, também são feitas por profissionais conhecidos (e não negros) da grande imprensa, como Míriam Leitão:

A minha convicção profunda é que, sim, a mídia é racista porque o país é racista. A mídia sempre reflete o país. E nós optamos pela pior forma de racismo, o da invisibilidade. É como o país tem vivido desde o fim da escravidão: nós decidimos não ver o problema. Nós repetimos para nós mesmos várias mentiras ao longo dos últimos cem anos. E é impressionante como essas mentiras permanecem vivas”(Leitão, 2002, p.42).

A “invisibilidade” do negro é um ponto em comum no pensamento de muitos autores. Robert Stam, por exemplo, constatou que, comparado aos EUA, os negros brasileiros (estimados 45% da população brasileira contra 11% dos EUA) são sub-representados nos meios de comunicação de massa. “Enquanto os afro-americanos, uma minoria demográfica, são altamente visíveis na mídia dos EUA, os afro-brasileiros, uma maioria demográfica, são virtualmente invisíveis no Brasil. Não há um equivalente no Brasil para a Rede de Negra de Entretenimento, nenhum [Bill] Cosby, nenhuma Oprah [Winfrey]” (Stam, 1997, p. 342)¹⁷.

Entender os mecanismos que levam a este comportamento dos meios é urgente por ser necessário combater o racismo midiático, observável nos fatores já descritos por Muniz Sodré (2002): a mídia manifesta racismo quando tenta negar sua existência, com exceção dos conflitos raciais flagrantes; quando recalca aspectos positivos da cultura negra; quando estigmatiza por meio da desqualificação da diferença, “ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro”; quando demonstra indiferença profissional do fazer

¹⁷ Araújo (2000) vê uma quase ausência de crítica por parte dos negros quanto aos programas de TV no Brasil que o retratam. Rodrigues (2001) e Stam (1997) concordam que nem sempre profissionais negros manipulando os meios como atores ou diretores no cinema é garantia de amadurecimento em relação ao preconceito. Sansone (2004) diz que a América Latina de uma maneira geral tem sido marginalizada do debate intelectual sobre a negritude. “Em parte, essa marginalização pode ser explicada pelo fato que, na América Latina a identidade negra não costuma ter um caráter de confronto e, com poucas exceções, não desempenha um papel chave na arena das políticas partidária e eleitoral” (p. 32).

mediático: não há mais causas pelas quais lutar, apenas os ditames comerciais da empresa.

Nenhuma verdadeira política anti-racista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia. É a compreensão dessa realidade que hoje faz surgir, em determinados contextos (...) estratégias discursivas para resistir ao rebaixamento dos níveis de existência em termos econômicos, ecológicos e culturais. Trata-se de esforços com base comunitária (local), sem grandes investimentos financeiros e com um claro direcionamento político-ideológico (Sodré, 1999, p. 245-47).

Nesse sentido é que Joel Zito Araújo acredita que estamos entrando num momento novo da história das comunicações, “ou seja, nesta etapa intensa de globalização acontece um fenômeno inverso, de emergência das identidades étnicas, e de intensa pressão sobre as mídias pelo seu reconhecimento” (Araújo, 2002, p. 70). Mas alerta:

[...] vejo limites nas ações do movimento negro, voltadas somente para os meios de comunicação alternativos, como os jornais, rádios e TVs comunitárias, a exemplo do programa TV Dumbali em São Paulo. Embora sejam importantes, é um tipo de ação com muitos limites, porque a TV comunitária é um canal que não tem nem um ponto de audiência. Quem faz programas para a TV comunitária, faz sem dinheiro; por isso ela não consegue disputar a qualidade dos programas da TV aberta e, portanto, não tem possibilidade de competir. Porque a comunicação é questão de qualidade e quantidade de recursos de produção. Por isso nós temos que lutar por recursos. Temos que disputar no patamar da qualidade, senão ficamos no gueto, falando para nós mesmos. Eu não estou aqui desestimulando nem criticando, quero apenas chamar a atenção para o fato que nesse momento nós temos que dar esse salto. Mas nós temos de brigar pela inserção por e por cotas [...] fazer espetáculos lá no morro, no asfalto e também no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (Idem, p. 71).

A intervenção a que Joel Zito se refere pode ser política, mas também é econômica à medida que os mercados nacionais percebiam, efetivamente – como nos EUA, Inglaterra e Holanda –, o potencial de consumo da crescente classe média negra brasileira. O dado mais claro de que esse potencial é subaproveitado no campo da mídia foi o sucesso inicial da revista *Raça Brasil*, fundada em 1999, e que, em seu auge, teria obtido uma tiragem média de 200 mil exemplares (a revista é exemplo inevitável, tal a sua singularidade editorial, mesmo hoje no Brasil). Em 2001, o título deixou de ser mensal, passando para trimestral e correu o sério risco de fechar as portas. A editora da revista, a Símbolo, foi acusada de investir pouco na publicação (Almada, 2002), mas membros da militância negra e alguns jornalistas, negros ou não, acreditavam que a revista deveria mesmo era ter se politizado. É que, para muitos, *Raça Brasil* parecia ser uma revista *light* demais, com seus perfis de gente famosa, dicas de beleza e pouquíssimo espaço para a politização do negro. Autores

como Downing (2001) acreditam que a revista adotava posições inspiradas em modelos americanos ultrapassados, mas outros, como Sansone (2004) ponderam que os negros estiveram excluídos do “consumo ostensivo”, como um marca de exclusão. Por esta leitura, nos tempos atuais, o consumo passou a funcionar como resistência e aceitação da própria identidade. Em 2004, a revista voltou a ser mensal. No número em que isso ocorreu (73) nenhuma grande mudança se fez presente, talvez apenas outra matéria com negros de destaque, para além de artistas e atletas e um grande personagem negro (Marther Luther King). Se admitirmos, como faz Sansone, que há *racismos* então podemos considerar que há maneiras distintas de enfrentá-los. *Raça Brasil* parece ter optado pela sua.

Ainda neste número de retorno à antiga periodicidade da *Raça*, uma chamada de capa curiosa: “Ganhamos a mídia. Somos *presença marcante* nos meios de comunicação”¹⁸ O que isso quer dizer? Atentemos para a matéria e aproveitemos para tentarmos uma discussão para além daquela que a revista propôs. Sob a vinheta “atualidade”, a reportagem de quatro páginas de texto e muitas fotos tem o seguinte título: “*O descobrimento do Brasil*”. O subtítulo: “*Até bem pouco tempo, quando se ligava a televisão, ou abria-se uma revista, tínhamos a impressão que estávamos em algum país da Europa. Hoje, a realidade já é outra*”. O texto, entretanto, não apresenta pesquisa mensurando a participação negra na mídia; não há um percentual sequer que informe o tamanho dessa nova realidade apregoado pela revista. A reportagem informa apenas que, segundo pesquisa feita pela Grottera, uma agência de propaganda, “sete em cada dez negros sentem-se induzidos a comprar produtos que tenham protagonistas negros em sua propaganda”. Não é informado o universo da pesquisa, local em que foi realizada ou período de sua realização¹⁹. O texto começa citando um sucesso cinematográfico brasileiro, *Cidade de Deus* [2002], “um filme feito com orçamento modesto e intérpretes negros desconhecidos

¹⁸ O DESCOBRIMENTO do Brasil. *Raça Brasil*, São Paulo, 8 abri. 2004, pp. 80-3.

¹⁹ Dizer que os negros estão melhorando seu padrão de vida sem a divulgação da metodologia da pesquisa que leva a esta conclusão não é uma particularidade apenas da imprensa especializada no assunto negro. Em 1998, o nº 1.552 de *Veja* trazia a seguinte matéria de capa: “*Do preconceito ao sucesso. A discriminação racial vista por quem venceu a barreira e chegou lá*”. A capa da revista mostra imagens de negros de sucesso, a maioria jogadores de futebol, atrizes, cantores, há apenas um desembargador e uma modelo. Todos estão vestidos de maneira formal, como uma maneira de retirá-los visualmente do universo em que estão inseridos, (com exceção do desembargador), do universo das profissões destinadas a eles. Dentro, a matéria: “*Da cor do sucesso. Ídolos negros como estão ajudando a romper a barreira do preconceito*”. O texto informa que os negros não atuam mais em novelas “*como serventes e copeiras, outro traço da televisão do passado*”. Diz que “*a maioria dos negros está em ascensão de renda e escolaridade*”, o que é verdade no segundo caso, mas não informa que a enorme desvantagem em relação ao branco permanece inalterada (Henriques, 2001). A revista também cita pesquisa da mesma Grottera com negros da classe média, entretanto, uma vez mais, nada de informações básicas sobre metodologia (DA COR do sucesso, *Veja*, São Paulo, 24 jun. 1998). A imprensa parece, em alguns momentos, exagerar a imagem de sucesso de alguns poucos negros como para aos poucos fazer crer que, no Brasil, as chances são iguais.

como personagens centrais”. Em seguida, são citados os nomes de dez atores e atrizes que estavam atuando em novelas brasileiras. O que o texto não polemiza – trata-se de uma reportagem cujo tom é quase sempre de puro otimismo, típico da publicação – é que os artistas negros citados estão naqueles espaços tradicionalmente reservado a eles: o das artes anímicas (e não qualquer arte) e o que explora a sempre lembrada sensualidade do corpo negro nas passarelas da moda. O texto também tenta provar que os negros já vendem qualquer produto, como brancos (no exemplo fotográfico, a reprodução de uma campanha feita para o Banco do Brasil) e roupas, a exemplo do que faz o dançarino Sebastian, que promove, no Brasil, a marca holandesa C&A. No primeiro caso, há uma política de cotas na publicidade governamental brasileira; e no segundo sabe-se que não é de agora que parece ter caído no gosto da publicidade a utilização de certos elementos da cultura negra, e aqui podemos tomar emprestada por um momento uma formulação metodológica de Livio Sansone (2004). Com ele sugere, reconheçamos, assim, dois tipos de identidade negra: “A *identidade negra* propriamente dita, como um fenômeno coletivo, e a *negritude*, entendida como comportamento e atitude individuais centrados nas manifestações do orgulho negro” (ibidem, p. 267, grifo nosso). No caso específico dos produtos que os atores vendem no exemplo dado pela revista estamos diante do uso dos utensílios da identidade negra, no qual os consumidores de outros grupos étnicos deixam de assumir qualquer revés pela adoção de uma etnicidade que não a sua, não se trata – e nem é esta a proposta da grande mídia – de uma manifestação de *negritude*, personificação política da existência social do negro. Expliquemo-nos ainda mais claramente: não é difícil encontrar em países europeus como Inglaterra, Portugal, Holanda, Espanha, mesmo na “Espanha profunda” como Sevilla, jovens com cabelos rastafari, com roupas que lembram o colorido atribuído à África²⁰, fãs da *black music*, mas que estranham e temem a presença física, ao seu lado, do corpo negro. Para retornamos ao exemplo da reportagem de *Raça* temos uma apropriação da identidade negra pelos meios de comunicação, e não de sua negritude, no sentido proposto por Sansone. Tal apropriação não é má notícia, mas, talvez, ainda que lentamente, fosse possível ousar um pouco mais e mais vezes, por exemplo, quando se vendem produtos para a pele negra. Mais do que a venda dirigida a um segmento étnico do País, a existência de uma classe média foi informada à população, e não se trata de uma informação desprezível: o consumo força a mediatização do negro num mundo em que cada vez mais só se existe socialmente como grupo quando se

²⁰ Não raramente, da América Latina à Europa, passando pelos EUA, encontramos pessoas, negras ou não, vestidas com tecidos “tipicamente africanos”, coloridos, marcadores de uma africanidade dentro da identidade negra. Entretanto, tais tecidos são produtos de fabricação holandesa, “inspirados nos *batik* indonésios de Java, que os holandeses e ingleses começaram a produzir industrialmente para a África no século XIX” (Fernandes Dias, 2005, p.10) A partir da década de 1970, quase todo mundo, inclusive os próprios africanos, passou a ver tais tecidos como da África (ibidem). Note-se mais uma vez a “África” como essa coisa reinterpretada e sua identidade negra reutilizada para ser a verdade de cada um.

existe para a mídia. Dito de outro modo, a importância do negro no mundo do consumo brasileiro não pode mais ser ignorado pela mídia.

Em relação ao filme *Cidade de Deus*²¹, feito para ganhar um Oscar, como se disse à época, talvez por isso tão cultuado, a despeito de sua violência exagerada à americana, os “intérpretes negros” como “personagens centrais” estão enclausurados nos mesmos estereótipos de sempre: bandidos, violentos, sensuais, místicos, submissos. A matéria cita ainda o depoimento de um publicitário muito conhecido no Brasil, Nizan Guanes, em que ele afirma: “*Quem fecha os olhos para o negro vira um fóssil. Hoje não há espaço para piadas ou posturas racistas*”²², *o negro tem dinheiro e paga pelo produto que quer*. De fato, nota-se (desconhecemos, entretanto, pesquisas que afirmam percentuais) um maior respeito na mídia brasileira, mas ainda longe de ser o ideal, como reconhece o próprio texto da reportagem: “*Um dos desafios dos negros brasileiros é conseguir se consolidar no mercado com uma imagem que é capaz*

²¹ O filme teve seus resultados fora. Uma das atrizes foi convidada para interpretar uma empregada doméstica em novela de horário nobre, *Mulheres apaixonadas*, de 2003, da Rede Globo. Ela incorporou o estereótipo definido por Rodrigues (2001) como o de “mulata boazuada”, e acaba iniciando sexualmente (e cordialmente, no mundo da ficção) o filho adolescente do patrão. Outro ator se envolveu com drogas no Rio de Janeiro, cidade onde está localizada a favela que dá nome ao filme – chegou a roubar e ser preso para comprá-la. Depois foi internado numa clínica de recuperação de drogados no Pará. Não se adaptou aos rigores do tratamento e voltou ao Rio. Dois outros atores adolescentes do filme passaram a protagonizar uma série inspirada em *Cidade de Deus*, *Cidade dos homens*. São dois meninos “que podiam estar roubando”, mas tentam sobreviver honestamente aos rigores de uma favela carioca. Muitos moradores reclamam até hoje da publicidade negativa e, segundo eles, injusta provocada pelo filme. Críticas contundentes foram feitas à película nos meios de comunicação principalmente pelo *rapper*, MV Bill, uma espécie de intelectual orgânico, que retira das ruas e expressa pela música a filosofia do pobre e, quase sempre negro, carioca e, portanto, uma voz autorizada: “Para muitos, morar dentro de uma comunidade é fazer parte de uma faculdade de marginal, de uma escola de bandido, mas quem vive lá dentro sabe que apenas 4% ou 2% de uma comunidade é realmente de bandido. Não é aquela coisa que está no filme *Cidade de Deus*. Dentro da favela tem muita carteira assinada, tem muita carteira de estudante que às vezes é confundida com fuzil, com pistola, com granada” (“A SOLUÇÃO vai vir de nós para nós”: entrevista com MV Bill. *Global*, nº 1, p. 50-53, out./nov. 2003.)

²² Não é apenas uma frase para agradar ao público leitor da revista. Para se ter uma idéia do avanço em relação ao respeito social do negro. Em 1997, os cinemas brasileiros exibiram a comédia *O trapalhão no planalto dos macacos*, de J.B Tanko, paródia do norte-americano *Planeta dos macacos*. “Um dos maiores motivos de riso é quando a macaca principal cai de amores por Mussum, o único negro entre os atores principais!” (Rodrigues, 2001, p. 122). Durante cerca de 17 anos, o grupo cômico intitulado *Os trapalhões* fez rir milhões de brasileiros, crianças, jovens e adultos no início das noites de domingo na TV Globo. Um dos motivos de graça do programa era a contínua referência ao hábito de beber de Mussum (nome popular de um peixe preto parecido com a enguia) e a sua cor. Frequentemente, ele era chamado de “grande pássaro” pelos colegas de riso, numa alusão ao urubu, ave que se alimenta de carcaças e abunda no Brasil. Mussum morreu em 1994. Uma das versões para sua morte é que ocorreu em função de uma cirrose hepática provocada pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Sem Mussum, *Os trapalhões* se estendeu até 1997. Depois foi reprisado até o ano 2000.

de atingir a todos os públicos, como Sebastian. Quando conseguirmos acabar com a expressão de espanto na face das pessoas diante da figura de um negro em um anúncio de publicidade, aí, sim, estaremos mais próximos de superar realmente os preconceitos²³. Mais adiante se reconhece indiretamente que a frase chamativa da capa (“*ganhamos a mídia*”) pode não ser precisa: “*A questão da inserção na mídia é apenas um dos pontos em que já mostramos um considerável avanço e dispomos ainda de todo um horário nobre para ser conquistado*”²⁴. Ainda que seja verdade que os negros brasileiros, por meio do mencionado “consumo ostensivo”, estão impondo silenciosamente sua presença na mídia²⁵, a matéria é mais a expressão de um desejo do que já uma realidade para além do discurso militante. Mas o negro brasileiro passou, a partir dos anos 80, depois da proclamação da Constituição de 1988 – que entre outras coisas tornou o crime de racismo inafiançável – da quase invisibilidade para uma súbita assunção midiática. Isso parece provocar uma sensação de descontinuidade que faz com que ativistas e acadêmicos, e não apenas a mídia, proclamem que o negro ganhou a mídia.

A consulta de alguns dados brutos em poucas pesquisas em Comunicação já realizadas obre o assunto “negro” revela que se erra ao dizer, por exemplo, que o debate quilombola chegou a “ganhar a imprensa” brasileira. Citemos alguns dados de como anda a “questão negra e quilombola” na pauta nacional. Tome-se como principal exemplo a III Conferência Mundial contra o Racismo promovida pela ONU, em 2001. Levantamento feito pela revista *Tempo e Presença* constatou que houve encontros preparatórios na Ásia, Europa, África e América Latina e vários eventos nacionais, mas o assunto só entrou na pauta

²³ O DESCOBRIMENTO do Brasil. *Raça Brasil*, São Paulo, abr. 2004, p. 80-83.

²⁴ Ibidem

²⁵ Exemplo: “A indústria de cosméticos brasileira foi quem mais lucrou com investimentos direcionado especificamente para os negros, cerca de mais de um 1 bilhão de reais, só em 2003. Com isso houve a necessidade de se aumentar o uso de representantes negros nas campanhas publicitárias desses produtos” (O DESCOBRIMENTO do Brasil *Raça Brasil*, São Paulo, abr. 2004, p. 80-83). Na verdade, a existência no Brasil de uma classe média negra significativa para provocar mudanças em qualquer segmento industrial não deixa de ser surpreendente por vários motivos, mas fiquemos com os mais palpáveis, os econômicos. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em termos absolutos e comparado aos demais países do mundo, o Brasil não é um país pobre, mas injusto na distribuição de recursos. Os negros recebem a menor parte do quinhão da distribuição de renda e são 70% dos 10% mais pobres do país. O estudo considera hipoteticamente a existência de dois brasis: um Brasil branco duas vezes e meio mais rico que o Brasil negro. Ao longo da década de 90, a população brasileira em geral aumentou o consumo de bens duráveis, um dos indicadores do padrão de bem-estar de cada um. Apenas para ficarmos no bem mais consumido pela população, sintomaticamente, o aparelho de TV, os brancos compraram 12% mais aparelhos do que os negros. Só há uma equivalência na posse de rádio e fogão. O estudo considera que, ao longo da década de 90, não houve redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil (Henriques, 2001).

da imprensa brasileira dias antes de sua realização. O foco da cobertura jornalística foi a adoção de cotas para negros nas universidades públicas. Os cinco maiores jornais do País manifestaram sua opinião sobre o assunto, leitores e intelectuais se posicionaram com cartas e artigos, mas deixou-se de debater como ocorrem as relações raciais no Brasil, os embates étnicos nas escolas e universidades, nas relações pessoais, mitos, preconceitos e estereótipos que orientam essas tensões. A discussão “virou enquête do contra ou a favor”, mascarando-se a falta de um verdadeiro debate nos jornais brasileiros²⁶.

Outra pesquisa sobre o mesmo tema (Iraci e Sanematusu, 2002), ao considerar que “o horizonte cognitivo da maioria da população é determinado, quase completamente, pelo conteúdo veiculado nos meios de comunicação” (Idem, p. 122), monitorou por 21 dias (antes, durante e depois da conferência) os jornais *Correio Braziliense*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, além das revistas semanais *Veja*, *Época* e *Istoé*. Nesse período, foram produzidas 458 matérias, aí incluídos cartas dos leitores, artigos, editoriais, não necessariamente reportagens. Sugestivamente, “os temas menos frequentes foram o Estatuto dos Povos Indígenas e as questões de classificação, união civil de homossexuais e posse da terra para remanescentes de escravos” (Idem, p. 131). Não trabalhamos com a hipótese de que a mídia moderna deliberadamente atue para excluir o negro da sociedade brasileira. Mas seus motivos, segundo sugere Van Dijk (1993), são ainda mais difíceis de lidar que a simples consciência da discriminação midiática. Para este autor, a mídia não deve ser vista como um porta-voz passivo das elites, mas como algo que desempenha um papel ativo e poderoso entre outras instituições da sociedade. Também é fato que a maioria dos jornalistas que lidam com as “questões raciais”, são esmagadoramente brancos, tanto no seu universo de análise, Europa e EUA, quanto em qualquer mercado jornalístico brasileiro, não importa se na negra Salvador ou na branca Florianópolis: quase não há negros nas redações dos jornais brasileiros²⁷.

Van Dijk cita pesquisas informando que, se por um lado a maioria dos jornalistas tem um ponto de vista liberal, mesmo quando lidam com minorias, de outro, tem de produzir notícias todos os dias, coletar e interpretar informações sobre os eventos que, acreditam, devam ser notícia num curto espaço de tempo e com recursos limitados. Esses jornalistas só podem confiar na sua visão de

²⁶ TEMPO E PRESENÇA, no. 319. Rio de Janeiro, setembro/outubro, 2001.

²⁷ O tema merece pesquisa de fôlego: os cursos de Comunicação, principalmente em universidades públicas brasileiras, estão entre os mais concorridos nos processos de seleção para entrada no ensino superior, ao lado dos chamados cursos de elite, com Direito, Medicina ou Arquitetura. Este futuro profissional vem das classes média e alta. Entretanto, o mercado ainda não saiu de sua mais longa e séria crise, não há garantia de emprego imediato nem de boa remuneração, pelo menos não apenas com um emprego. Há a hipótese de que o curso estaria sendo utilizado como trampolim para profissões de maior evidência midiática individual, desde a política a apresentadores de programas de auditório, cantores, atores, fundamentalmente no Rio de Janeiro – onde se concentra a maior produção cinematográfica e televisiva do País -, esta “cidade dos artistas”.

mundo; só podem ver a partir do seu lugar; eles quase nunca têm disponibilidade para porem-se no lugar do “outro” quando escrevem, e utilizam isso, seu próprio desconhecimento sobre esta ou aquela comunidade, para forjar sua “imparcialidade”, e é por meio de sua interpretação que o leitor, que desconhece os problemas de grupos negros, para ficarmos com apenas um dos segmentos tradicionalmente marginalizados pela mídia, é “informado” sobre o assunto. “(...) para tipos específicos de eventos políticos e sociais, incluindo aqueles no campo das relações étnicas, as notícias da mídia são as principais fontes de informação e crenças utilizadas para formar um padrão interpretativo de tais eventos” (Dijk, 1993, p. 242). Em seguida, o autor conclui muito claramente:

Em resumo, nós assumimos que a mídia desempenha um papel central na reprodução do racismo, por causa de sua relação com outras instituições de elite e em função de sua influência estrutural na formação e mudança da mente social. Nós sugerimos que o poder da mídia é especialmente proeminente nas questões étnicas por causa do fato de grandes segmentos do público branco tem uma pequena ou nenhuma alternativa de fontes de informações sobre as questões étnicas (idem, p. 243).

E quanto à consideração freqüente de que essas considerações têm mais a ver com os EUA e a Europa, basta não esquecer que é no Brasil que o público que procura informações sobre as cotas para negros nas universidades, sobre a titulação das áreas remanescentes de quilombo ou sobre a participação do negro na publicidade institucional dos governos, muitas vezes é desinformado pela mídia, que pré-julga sem, entretanto, fornecer os dados para um debate público consistente. São elementos que acabam por justificar o clamor “por uma outra mídia”, que se ainda não tem fórmula visível, pelo menos precisa virar debate.

Esse clamor parece ainda mais urgente se consideramos a principal conclusão do grupo “A Violência e sua superação no âmbito da mídia”, da VII Conferência Nacional sobre Direitos Humanos promovida pela Câmara dos Deputados, em maio de 2002, em Brasília: “Em síntese, a mídia não apenas propaga a violência, como constitui, ela própria um componente da violência organizada pelas elites contra a nação” (Arbex Jr., 2003, p. 386). Para Arbex Jr., há um mundo fabricado como caricatura todos os dias pela mídia. A violência é um exemplo desse mundo caricatural:

(...) a violência aparece como ‘um dado da natureza’, algo causado por razões raciais ou genéticas. Com freqüência, os atores de ações violentas são negros ou ‘mulatos’, e isso aparece nas imagens e fotos, implicitamente reforçando o racismo, já que nunca se diz que os negros são ‘naturalmente’ violentos, mas que há uma coincidência total – de resto, apontada pelas estatísticas do IBGE – entre os mapas das áreas brasileiras mais miseráveis e aquelas mais densamente habitadas por negros. Isto é, negros não são violentos por serem negros, mas por serem vítimas preferenciais da discriminação social e racial (Ibidem, p. 387).

A mídia não se identifica com o negro, até porque esta identificação passa por um processo de apreensão afetivo.

O mundo Ocidental se identifica mais com os problemas da Europa e da América do Norte do que com os dramas do continente negro porque foi produzida uma identificação anterior. As construções sociais, no passado, e a mídia, no presente, ergueram uma rede de identificação afetiva que excluiu os problemas de muitos segmentos do Terceiro Mundo. E é preciso a ocorrência de algo fora do comum para chamar a atenção do planeta mídia para o além-ocidente. Mesmo uma *tsunami*, que deixa 300 mil mortos na Ásia, provoca atenção temporária da mídia ocidental, atenção que reduzia à mesma velocidade que os europeus – ou depois da identificação de seus corpos – voltavam para casa²⁸. Os países pobres procuram se identificar (idealizar) mais com os congêneres do Norte do que olhar em volta, solidarizar-se, tentar alternativas (vide a relação Brasil-África mencionada mais acima).

É nesse contexto que a discussão sobre o negro pode mudar de rumo: não importa saber se o negro aumentou sua participação na mídia – o que, visivelmente, parece ser verdadeiro –, mas como se dá esta maior presença negra em jornais, cinema, música, televisão, rádio. O negro “ganhou” a mídia ou a mídia se readequou para receber as benesses de uma classe média negra, ávida de consumo ostensivo, mas deixando-a detrás da cerca de estereótipos historicamente erguida?

Bibliografia

ALMADA, Sandra. A imprensa e o racismo. In: RAMOS, Silvia (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

ANDRADE, Sérgio de. Só todo branco é meu irmão? *Diário de Notícias*, Opinião, jan. 2005 p. 14.

AMARAL FILHO, Nemézio Clímico. *Belém oculta: marginais no pós-guerra (1947-1955)*. Dissertação de mestrado. Belém, NAEA/UFGA, 2002.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Projetos para o Brasil*. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

²⁸ Como escreveu um articulista português Sérgio de Andrade: “Estamos nós, europeus, ocidentais, brancos, em estado de choque porque muitos dos ‘nossos’ morreram lá longe. Ouço as televisões apontar números: uma dezena de belgas, uma centena de finlandeses, um milhar de suecos. E pergunto-me: por uns tantos alemães, quantos milhares de indianos ou tailandeses? Por uns tantos italianos, quantas dezenas de milhar de indonésios ou cingaleses. Largos minutos dedicados a odisséia de um menino nórdico louro de olhos azuis. E os milhares de meninos asiáticos, morenos e de olhos escuros?” (Andrade, 2005).

- ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- BATISTA da SILVA, Paulo Viniciu; e ROSEMBERG, Fúlvia. *Negros y blancos em los media brasileños: el discurso racista e las prácticas de resistência*. In: Van, Teun A (coord.): *Racismo y Discurso en América Latina*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- BLONDIN, Denis. *L'apprentissage du racisme dans lês Manuel scolaires*. Quebec: Agence D'Arc inc., 1990.
- DOWNING, John D.H. *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications, Inc, 2001.
- FERNANDES DIAS, José António. *Das esquinas do olhar: arte da diáspora africana contemporânea (catálogo)*, 26 jan. – 3 de abr. 2004. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILROY, Paul. Urban social movements, “race” and Community. In: *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. CHRISMAN, Laura; and WILLIAMS, Patrick (edit. and intro.). New York: Columbia University Press, 1994.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. Educação e pesquisa, v.29, n.1, ps. 93-106, jan./jun. 2003.
- HARDT, Michael; e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo. Record, 2003.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações*. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 1997.
- IRACI, Nilza; e SANEMATUUSU, Marisa. Racismo e imprensa: como a imprensa escrita cobriu a Conferência Mundial contra o Racismo. In: RAMOS, Silvia (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- LEITÃO, Miriam at. all. A imprensa e o racismo. In: RAMOS, Silvia (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- RAMOS, Silvia (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. Apartheid and democracia racial: South África and Brazil in contrast. Tese de doutorado. Universidade de Utrecht, 1996. *Coloured as other*, p. 111-132.
- RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fapesp, 2002.

SALDANHA, Patrícia. *Telecentro comunitário: dispositivo que viabiliza a inclusão humanista no social*. Tese de Doutorado. ECO/UFRJ, 2008

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: Edufba/Pallas, 2004

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. Coleção Folha Explica

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Anais do seminário ética e estética multirracial Brasil-África do Sul*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

_____. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*.

Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*.

Salvador: Imago, 2002a.

STAM, Robert. *Tropicalmulticulturalism: a comparative history of race in brazilian cinema & cultura*. Durham/ London: Duke University Press, 1997.

TEMPO e PRESENÇA, no. 319. Rio de Janeiro, set./out., 2001.

DIJK, Teun A van. *Elite discourse and racism*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications, 1993.

_____. *Dominación étnica y racismo discursivo em España y América Latina*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2003.

_____. (coord.). *Racismo y discurso em América Latina*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

Matérias jornalísticas

“A SOLUÇÃO vai vir de nós para nós”: entrevista com MV Bill. *Global*, nº 1, p. 50-53, out./nov. 2003.

CHEIOS de raça. *Isto é*, São Paulo, nº 1789, p. 56-61, jan. 2004.

COMANDANTE diz que versão de PMs é falsa. Folha de São Paulo. 10 fev. 2004, Cotidiano, p. C4.

COMO acabar com la xenofobia? *El País*, feb. 2005. Deportes, p. 58

DA COR do sucesso: ídolos negros contam como estão ajudando a romper a barreira do preconceito. *Veja*, n.º 1552, 24 jun. 1998, Especial, p. 98-109.

DEL CÉSPED a comisaría por racismo. *El País*, 15 abr. 2005. Deportes, p. 70.

EL BETIS ya gana fuera de Heliópolis. *El País*. 13mar. 2005, Deportes, p. 56.

GRAFITE reclama cusparada e racismo dos argentinos. Disponível em www.ultimosegundo.com.br, 17 de mar. 2005. Acesso em 17 de mar. 2005.

O DESCOBRIMENTO do Brasil. *Raça Brasil*, n.º 3, ano 8, abr. 2004, p. 80-83.

PROTESTO na paz. *O Globo*, 2.º caderno, p. 3, 23 fev. 2004.

QUILMES se desculpa por atos racistas. Disponível em www.ultimosegundo.com.br, 30 mar. 2005. Acesso em 30 mar. 2005.

REYS adotará a uma nina negra. *20 Minutos*, 03 dic. 2004, Deportes, p.

TODAS as cores do mundo – caleidoscópio étnico do Brasil é um dos maiores desafios para uma revolução inspirada em revelações do genoma. *O Globo*, 31 out. 2004. Revista, ano 1, n.º 14.

UN ADOLESCENTE mata a siete personas en un colégio de EEUU. **Qué!**, mar. 2005, p. 09.

VERSO no meio das pedras. *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, p. A-20, 9 jul. 2004.

Material coletado em vídeo

Jornal da Globo, 09/02/2004

Fala Brasil, 10/02/2004

RJTV 1ª edição, 16/02/2004.